

VALOR

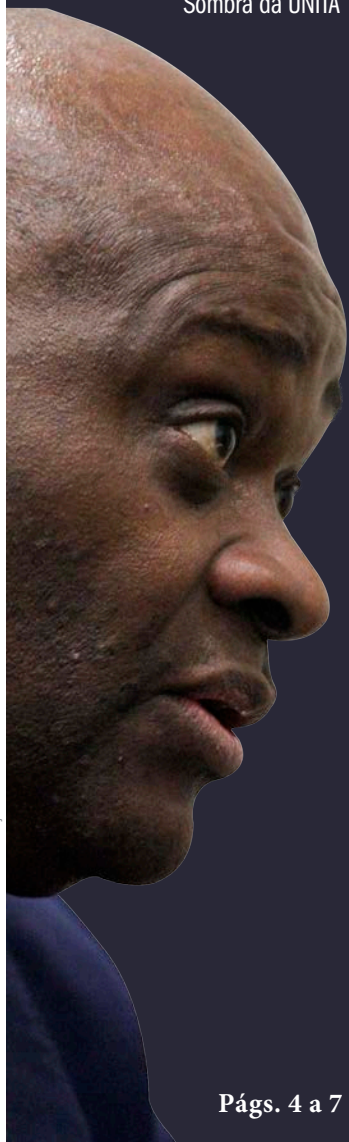
ECONÓMICO

10 de Fevereiro 2020
Segunda-feira
Semanário - Ano 5
Nº 195
Director-Geral
Evaristo Mulaza



“Quem está dentro do sistema não tem moral para combater a corrupção”

Raul Danda,
PM do Governo
Sombra da UNITA



Págs. 4 a 7



GOVERNO VAI ASSEGURAR 30% DO INVESTIMENTO

Metro de Luanda usa modelo da Air Connection

TRANSPORTE. O acordo assinado com a Siemens Mobility para a construção do Metro de Superfície de Luanda prevê que o Estado assegure 30% do investimento. A parcela implica um desembolso pelo Governo de cerca de 900 milhões de dólares que devem servir para o ‘delivery payment’. O mesmo modelo já havia sido recusado, entretanto, por João Lourenço, por altura do anulado consórcio da aviação Air Connection. Pág. 8

PLANO DE REESTRUTURAÇÃO

TAAG admite encerrar rotas

A transportadora aérea nacional prevê encerrar também algumas rotas internacionais, à semelhança do que fizeram a sul-africana SAA e a Air Namibian. A confirmação é de Rui Carreira, CEO da Taag, que assegura, entretanto, a manutenção da ligação com a África do Sul. “Está difícil para todos”, justificou Carreira, ao VALOR. Pág. 11

‘DUE DELLIGENCE’ DEVE FINALIZAR NA PRIMEIRA SEMANA DE ABRIL

Activos do EuroBic avaliados em 60 dias

BANCA. Isabel dos Santos e Fernando Teles preparam-se para deixar definitivamente a estrutura de accionistas do EuroBic, na sequência da proposta de aquisição colocada em cima da mesa pelos espanhóis do Abanca. A finalização do negócio ficará apenas condicionada à ‘due delligence’ levada a cabo pelos espanhóis e que deve durar pelo menos 60 dias, ou seja, até à primeira semana de Abril. Pág. 10

Editorial

TESTE 01

Numa recente intervenção pública em Lisboa, Alves da Rocha alertou que a elevação do combate à corrupção a programa de governo era uma opção errada. O economista não se coibiu em explicar-se de forma simples e directa: mais coisa, menos coisa, lembrou que João Lourenço se comprometeu com a tarefa da transparência em toda a linha, mas pelo seu próprio punho já tinham sido assinados e adjudicados projectos públicos sem concurso público. Há, entretanto, um detalhe curioso que o reputado economista não mencionou. É que alguns desses projectos adjudicados de forma directa na actual governação foram retirados dos anteriores promotores, com a justificação de que tinham sido atribuídos por adjudicação directa pela anterior governação. Era impossível imaginar-se maior paradoxo e esses factos seriam dos primeiros sinais sólidos do embuste da transparência.

A inevitabilidade do destino não deixou, entretanto, de dar outras oportunidades ao Presidente para contrariar os cépticos. E as mais recentes colocaram-se justamente na última semana. Poucos dias depois de João Lourenço garantir que não protegeria governantes e empresários, se se levantassem suspeitas, numa entrevista à DW, o director do seu gabinete era manchete no jornal 'Expresso' por alegadamente ter recebido dezenas de milhões de dólares de origem desconhecida. Nas palavras do jornal por-



tuguês, Edeltrudes da Costa não foi além de assegurar que os seus recursos, resultantes do seu percurso como profissional e investidor pontual, já teriam sido objecto de escrutínio pelas autoridades angolanas. Mas, como é evidente, a diferença entre o potencial escândalo exposto e as diminutas justificações de Edeltrudes Costa apela por qualquer coisa à altura que salvguarde as actualizadas garantias do Presidente à DW, antes de pegar voo para Adis Abeba. Afinal, as circunstâncias não podem aconselhar o contrário. As revelações contra o director do gabinete de João Lourenço surgem numa altura em que, a pretexto do combate à corrupção, se prossegue com a

destruição impiedosa de todo o legado de José Eduardo dos Santos. Mas Edeltrudes da Costa não deve ser o único nome arrolado no 'Teste 01' de João Lourenço. O 'Luanda Leaks' descontrolou-se, saiu da esfera exclusiva de Isabel dos Santos e não há um único dia em que, na imprensa portuguesa, não saiam nomes de governantes e banqueiros de primeira linha alegadamente envolvidos em escandalosos esquemas de corrupção, de desvios de fundos e de lavagem de dinheiro. Resumindo: do 'Luanda Leaks' nasce o primeiro grande teste à narrativa do combate generalizado e indiscriminado à impunidade e a todas as práticas lesivas ao erário. Aguardemos.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Antunes Zongo, Isabel Dinis, Júlio Gomes, Raimundo Ngunza e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa
Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Edvandro Malungo, Francisco de Oliveira e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes e Mário Paiva
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:
Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e

Nelson Manuel
Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82
Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, n° 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510; 222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



Oswaldo dos Santos,
director de conduta financeira do BNA

Que tipo de reclamações o BNA regista com maior frequência?

São mais sobre as dificuldades que os bancos impõem nas transferências para o estrangeiro, nas operações de reconversão para a moeda estrangeira, nas transferências internas, nos cartões de pagamentos, tanto nacionais como internacionais. E também reclamações relativas ao serviço de internet banking.

Que penalizações em caso de incumprimentos dos bancos?

As sanções são essencialmente multas que podem rondar os 20 milhões de kwanzas, dependendo da gravidade. Temos também as penalizações assessorias que podem implicar a divulgação dessa sanção, porque as entidades financeiras 'sobrevivem' da confiança dos seus clientes.

Já há uma comissão liquidatária para resolver a situação dos antigos trabalhadores do Banco Postal?

Não tenho conhecimento, dado que não tenho estado a acompanhar o processo. Mas penso já existir e, se não existir, de qualquer forma existe o processo que está a tramitar no tribunal. No âmbito deste processo, o ideal seria que cada interessado procurasse saber o número do processo e em sede do tribunal submeter as suas preocupações.

4 O Presidente da República, João Manuel Gonçalves Lourenço, inaugura o Instituto Politécnico das Pescas (Cefospecas), no município de Belas, em Luanda.

TERÇA - FEIRA

5 Angola pretende aumentar a capacidade de produção, refinação e distribuição de petróleo e seus derivados, quando todos os empreendimentos estiverem a funcionar em pleno para ser auto-suficiente e poder exportar o excedente, avança o ministro dos Recursos Minerais e Petróleos, na 'Indaba Mining', na África do Sul.

QUARTA - FEIRA

6 A Associação de Desenvolvimento Económico África-Coreia (AKEDA) pretende financiar dois mil milhões de dólares para a construção de uma central de energia, em Benguela, avança o seu secretário-geral, Chung-Siwod, em Luanda.

QUINTA - FEIRA



SEGUNDA-FEIRA Angola aprova cinco contratos de investimento para prospeção de metais básicos para a 'Anglo American', empresa de referência mundial no sector mineiro. Anúncio é do ministro dos Recursos Minerais e Petróleos, Diamantino Azevedo, no arranque da Feira Internacional de Minas 'Indaba Mining', na África do Sul.

7 A chanceler alemã, Angela Merkel, encontra-se em Luanda com o Presidente da República e participa da abertura do Fórum Económico Angola-Alemanha, mantendo encontros com a sociedade civil, a propósito dos direitos humanos.

SEXTA - FEIRA



1 A delegação do Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos (Mirempet) desloca-se à Cape Town, África do Sul, para participar da Feira Internacional de Minas (Mining Indaba).

SÁBADO



2 O ministro da Economia e Planeamento, Sérgio Santos, alerta, durante um encontro com os empresários do Namibe, o sector privado para a criação de projectos estruturantes que contribuam para a alavancagem da economia nacional.

DOMINGO



COTAÇÃO



PETRÓLEO NÃO PARA DE CAIR...

Não foi desta vez que se registou o fim da tendência decrescente do preço do barril de petróleo, completando, desta feita, a sétima semana consecutiva. A referência norte-americana, o WTI, fechou a sessão do primeiro dia da semana a ser comercializado a 49,57 dólar como resultado de um recuo de 1,49%. No início da semana passada, a queda foi de 2,81% para 50,11 dólares. Por sua vez, o Brent iniciou esta semana a ser comercializado 53,7 dólares como resultado de um recuo de 2,20%.



...E CORONAVÍRUS COLOCA BOLSAS EM VERMELHO

As principais bolsas mundiais fecharam o início da semana no vermelho com as culpas a serem atribuídas ao coronavírus. Com algumas exceções, a maioria dos principais índices asiáticos fecharam em baixa. Cenário semelhante registou-se nos mercados europeus com o pan-europeu Stoxx 600 a cair 0,40%, com as acções de viagens e lazer a liderarem as perdas. Uma realidade que se replicou nos mercados norte-americanos.

Entrevista

RAUL DANDA, PRIMEIRO-MINISTRO DO GOVERNO SOMBRA DA UNITA

“A Unita pede que se combata a corrupção bem e com transparência”

Enquanto se prepara a tomada de posse dos membros do Governo Sombra da Unita, Raul Danda analisa a economia, manifestando dúvidas sobre se o seu partido chamaria ou não o FMI, caso ganhasse as eleições de 2017. E justifica-se: ao contrário do FMI “que opta por questões eminentemente técnicas e práticas, um Governo deve olhar para a sensibilidade populacional”. Mas não se fica por aqui. Entre outras, o deputado acusa o Executivo de João Lourenço de estar a proteger as empresas petrolíferas em detrimento dos trabalhadores nacionais.

Por Antunes Zongo

Começamos pelas suas funções. Que objectivos pretende alcançar, enquanto primeiro-ministro do Governo

Sombra da Unita?

O Governo Sombra existe em alguns países, sobretudo europeus. A Grã-Bretanha é disso um exemplo. Normalmente, os principais partidos na oposição, que estão na antecâmara da governação, que estão na ‘pole position’, se quisermos, para a alternância, criam uma espécie de poder paralelo. Recentemente, estivemos a olhar para as questões ligadas a essas greves que estão a ocorrer um bocadinho por aqui e ali, sobretudo nas empresas petrolíferas e nas que prestam serviços às petrolíferas, e a forma como os trabalhadores estão a ser tratados. Infelizmente, o Governo prioriza o cifrão ao invés do cidadão. Não defende o trabalhador, por isso é que temos empregadores como a Halliburton e outras que estão praticamente a explorar a força de trabalho dos angolanos.

Além disso, o que prende mais a vossa atenção?

Também estivemos a olhar para



a questão do surgimento do surto epidémico de ‘Coronavírus’ e da forma como o Governo está a reagir. Temos estudantes que estão na China, sobretudo em Wuhan, onde se declarou a epidemia. Os estudantes pedem desesperadamente para serem socorridos, para voltar, porque não estão a comer, estão abandonados e não têm nada. Os outros países estão lá a cuidar dos seus cidadãos, Angola não está. Os chineses estão hoje a lutar por um bocadinho de comida. E, se os chineses lutam,

como ficarão os angolanos? A resposta do Governo a esse pedido de socorro é que a China está a recomendar que os cidadãos não saiam de lá. A responsabilidade dos angolanos, onde quer que estejam, é das autoridades angolanas. Defendemos que os cidadãos deviam vir e fossem postos em quarentena.

Há outra recomendação?

Também aconselhamos a evitar os voos para China. Não tem nada que ver com a China ou com os cida-

dãos chineses, tem que ver com a protecção dos angolanos, relativamente a um surto epidémico, cujas respostas a saúde em Angola não tem capacidade nenhuma de dar. Até os países que têm o sistema de saúde bem organizado têm medo e procuram medidas para proteger os seus cidadãos; as suas fronteiras. Fico admirado como é que o Governo está a dizer que não “faz mal” e que “não precisamos de nos preocupar, que os voos podem continuar a ir para a China”.

Defende a suspensão dos voos para a China e vice-versa?

Absolutamente. Defendemos o encerramento temporário das idas à China. Muitos países estão a fazer isso. É uma questão de protecção. É preciso precaver. Há muitos países a fazê-lo, e esses países não são inimigos da China, não estão a discriminar os chineses. É normal. Se tivermos um surto qualquer epidémico em Angola, é óbvio que os países para onde os angolanos possam partir tomem precauções. A primeira responsabilidade do Governo é proteger a população. Quem governa governa para o seu povo e não para qualquer outra coisa.

Voltemos ao Governo Sombra da Unita. Como está composto?

Teremos publicada a composição do Governo já na próxima semana.

Defendemos o encerramento temporário das idas à China. Muitos países estão a fazer isso.

“ *Enquanto Governo Sombra, vamos ter um Ministério de Pescas, Mar e Ambiente para fazer alguns questionamentos.* ”

O que devo assegurar é que nem deve chegar à metade do Governo real. Estamos a utilizar um formato de titulares de pastas. Não vamos ter secretários de Estado disso e daquilo, porque não somos um governo com funções executivas. Somos um Governo Sombra que está, por um lado, a fiscalizar a acção do Governo que está em funções executivas e, por outro lado, a dar respostas àquilo que a Unita faria se fosse Governo nesse momento.

E será essa a composição caso seja Governo a curto ou médio prazo?

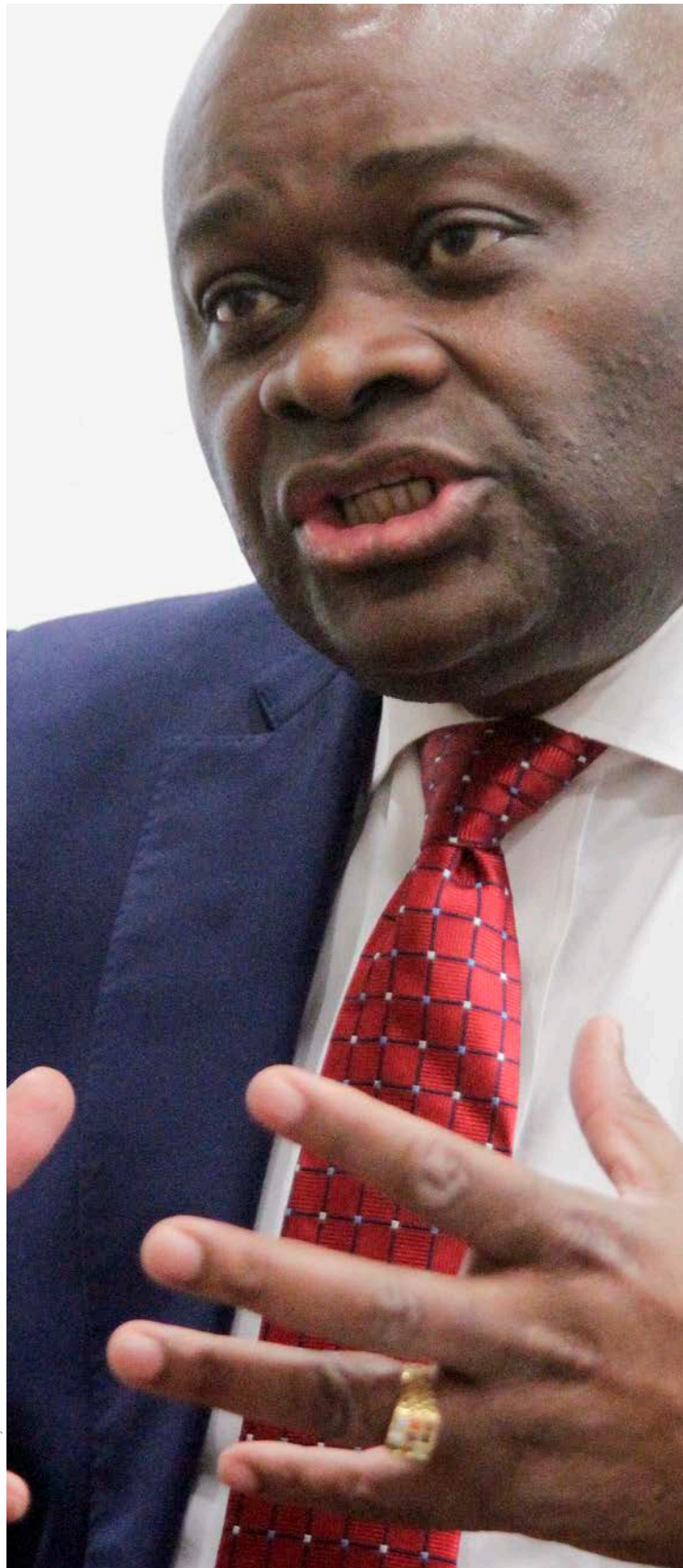
Não, não. Estamos a juntar algumas pastas em função das especificidades, em função disso e daquilo, coisas que podem casar. Ao mesmo tempo que não queremos também apertar muito um titular com muitas coisas. Vamos procurar distender um bocadinho e procurar ver. Uma coisa é certa: o Governo de João Lourenço requer muitos custos. Uma grande máquina administrativa que obviamente nós não vamos ter e não precisamos de ter.

Não precisam de ter apenas enquanto Governo Sombra?

Enquanto Governo Sombra, obviamente. Nós vamos ter um Ministério de Pescas, Mar e Ambiente para fazer alguns questionamentos. Um país como o nosso tem de gastar milhões para importar cacusso? Angola tem o cacusso a dar com o pau e podemos criar políticas que visem promover a reprodução para o aumento da oferta desse e de outros peixes. Vamos também criar, por exemplo, um ministério que olhe para infra-estruturas e habitação, energia e águas, para reflectir sobre o bem fundado de gastarmos milhares de milhões de dólares para fazer um metro de superfície num país onde não há fuba para as pessoas fazerem um funje para comer, onde não temos medicamentos, onde não há um laboratório para análises médicas. Temos de mostrar aos nossos irmãos do MPLA, que estão a governar, que é preciso olhar para a pirâmide das prioridades.

Quais seriam as outras necessidades prioritárias?

Há muitas. Mas devemos, em matéria de prioridade, olhar para a educação e a saúde. Temos dito reiteradas vezes que o país não pode ser só os recursos naturais, não pode ser só riqueza potencial, porque, quando a gente olha para o país e diz que o país tem mais ou



menos x bilhões ou triliões em termos de recursos petrolíferos, isto é uma estimativa que se faz, mas a realidade pode mostrar-se diferente. Temos de procurar cultivar a inteligência, apostar seriamente na educação. O Japão não tem a riqueza que nós temos, não tem ouro nem diamante, mas é um país muito avançado, do primeiro mundo. Estamos no terceiro e pelo andar ainda podemos recuar até ao quarto mundo. Os japoneses cultivaram duas coisas importantes, a primeira é a inteligência - apos-

taram na educação - e a segunda é que têm um povo disciplinado. Portanto, a formação ligada à disciplina faz com que os japoneses avancem.

Ou seja, Angola não aproveita os seus recursos por falta de inteligência?

Temos um espaço para fazer da agricultura, como dizem os brasileiros, 'a dar com o pau', o que é que ganhamos com isso? Quase nada. Temos de importar produtos agrícolas hoje, 45 anos depois de estar-

O importante para qualquer Governo é fazer coisas úteis para a sua população. Se o MPLA fizer coisas úteis para a população, obviamente que a Unita há-de ficar satisfeita

Daqui a bocadinho, o Governo Sombra vai surgir com algumas propostas de facto menos onerosas, mas que permitem ligar o país.

mos independentes? Só pode ser brincadeira! Mas isso ocorre porque gostamos de pensar em projectos megalómanos, quando devíamos pensar que o que vai resolver o problema da agricultura, o problema até da auto-suficiência alimentar, se quisermos, é a agricultura familiar. Porque é essa agricultura que vai fazer com que os camponeses trabalhem melhor. O nosso povo gosta de trabalhar, mas precisa de ter alguns incentivos para poder produzir mais e melhor, e poder ter uma forma de comercializar os seus produtos. Grande parte dos produtos alcançados agora no campo acaba por apodrecer. O nosso povo, por exemplo, cultiva na época das chuvas, mas, na outra época, vai para fazer as nacas e etc, está à procura de quê? Está à procura de água ou humidade, mas o Governo pode e deve criar cisternas para que a produção ocorra sem ser nos tempos das chuvas.

Qual acha que seja a solução para a agricultura?

Se olharmos para o exemplo de Israel, o povo judeu consegue fazer produções agrícolas astronómicas

no deserto. Nós podemos copiar essas coisas boas. Devemos criar formas de levar esses produtos do campo para os principais centros de consumo. É que nós temos um Governo que pensa na via de comunicação como sendo ou é o asfalto ou é o buraco, mas como é mais fácil ter o buraco, então as estradas andam em buraco.

O que a Unita faria de concreto?

Daqui a bocadinho, o Governo Sombra vai surgir com algumas propostas de facto menos onerosas, mas que permitem ligar o país. Esperamos que, com essas sugestões, o Governo possa utilizar os nossos tostões para poder fazer coisas melhores, que nos sirvam.

Como estará formada a equipa económica do Governo Sombra?

O Governo Sombra tem um primeiro-ministro; vai ter um ministro que vai cuidar da Economia, Finanças e Planeamento; vai ter um ministro que vai cuidar do Comércio, tendo em conta a importância desse sector, não só a nível interno, mas olhando também para as trocas comerciais com os vizinhos e não só. Vai ter também outros ministérios, como o da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Uma outra área é o Turismo, que é uma grande fonte de receitas para o país, se aproveitarmos bem aquilo que a natureza angolana nos oferece. Podemos, por exemplo, utilizar produtos agrícolas que podem desembocar no turismo. Enfim, há uma série de coisas que se podem fazer. Vamos trazer algumas ideias daquilo que nós, Unita, faríamos se fôssemos Governo. Esperamos que os nossos irmãos do MPLA possam utilizar bem esses anos de governação que têm, pois têm o 2020, 2021 mais o 2022 e não acredito que, para lá de Setembro de 2022, continuem aí. Esperamos que façam alguma coisa de jeito. O importante para qualquer Governo é fazer coisas úteis para a sua população. Se o MPLA fizer coisas úteis para a população, obviamente que a Unita há-de ficar satisfeita.

Que remédio para a subida dos preços da cesta básica e para o aumento do desemprego?

O remédio é a assunção de políticas claras e objectivas. O remédio é assumirmos que precisamos de olhar para as prioridades reais. Como é que vamos utilizar os recur-

Entrevista

CONTINUAÇÃO DA PÁG. 5

...sos mesmo sendo poucos. Olhamos para aquilo que gastamos aqui, com o número de habitantes que temos, que rondam aos 30 milhões. O orçamento da República Democrática do Congo chega a ser quase um terço daquilo que nós utilizamos e tem muito mais população e obviamente muito mais necessidades do que nós. Devemos reorganizar as nossas prioridades. Desde as eleições de 2017, o país ainda não está a arrancar para uma governação e é preciso que se parta para essa governação.

O que pretende dizer com isso?

Governação é olhar para a resolução dos problemas das populações. Não é muita das vezes estar a divertir as pessoas com mais uma coisinha ali, mais uma coisinha aqui. Um Governo só se pode sentir satisfeito, se estiver de facto a conseguir resolver os problemas das populações. É preciso perceber que as promessas eleitorais que se fazem devem ser cumpríveis, nos prazos estabelecidos. As populações lamentam que os 'preços da comida estejam muito altos', o que se pode fazer? É preciso produzir mais e diminuir-se as importações. Esse país, durante muito tempo, foi priorizando as importações simplesmente por causa das comissões.

É a leitura de um político na oposição, certamente...

Se quem giza a política educacional e que a executa pega nos filhos e nos sobrinhos e os manda para Portugal, Grã-Bretanha, França e EUA, acha que esse indivíduo acredita na educação que está a implementar aqui? Obviamente que não. Porque, se estivesse a acreditar e estivesse empenhado em criar um sistema educacional que fosse de facto com bons pilares, fazia para os seus próprios filhos. Para se fazerem recursos ou estudo lá fora seria para algumas questões de especialidade ou alguém que queira pôr lá o filho, dado que as pessoas são livres de o fazer.

Mas Já temos muitos quadros formados em Angola...

O que a gente vê são licenciados e professores, ministros, etc.. Mas o nível de português é duvidoso, num país em que até se assume que devia constar na Constituição o português como a língua oficial.

É complicado. Era preciso olhar, por exemplo, para as necessidades reais da saúde. A partir da altura em que sou o Governo, devo fazer tudo para que as pessoas tenham uma assistência médica e medicamentosa de qualidade. Só assim poderei atingir os meus objectivos face à promessa de saúde boa para a população. É preciso olhar para essas coisas, mas não, queremos ter satélites. O satélite é uma coisa boa, mostra evolução, mostra desenvolvimento, mas não posso olhar para o satélite se não tenho medicamentos para a cura do paludismo.

O satélite também gera desenvolvimento...

Sim, mas não é prioridade. Os outros pensam nos satélites, mas primeiro já deram de comer aos seus cidadãos; já deram educação de qualidade, saúde e casas. Estão a produzir bens para criar auto-suficiência alimentar e exportar, porque as exportações depois também melhoram as economias.

Ainda sobre o aumento dos preços, acha que resulta da desvalorização da moeda?

Não vale a pena dizer da desvalorização. A desvalorização está a surgir porquê? Porque é que os produtos sobem de preços? Porque é que nós temos dificuldades de produzir? Esse é que é o grande problema. Precisamos de lutar para ter estabilidade económica, mas queremos inventar também outras coisas. E não é possível pensarmos em termos crescimentos.

Na ausência de produção nacional,

PERFIL

Nascido a 13 de Novembro de 1957, em Cabinda, é formado em Administração de Empresas e Economia pela Universidade Lusíada de Angola. Antes de representar em telenovelas, exerceu jornalismo na Rádio Vorgan (actual Rádio Despertar), de 1985 a 2006, além de ter sido sub-editor e locutor na RNA, em 1992. É deputado pela Bancada Parlamentar da Unita desde 2008, e ao ser reeleito em 2012, foi indicado para presidir o referido grupo parlamentar. Foi vice-presidente da Unita, na sequência do XII Congresso, e concorreu no congresso seguinte a presidente da organização, mas acabou derrotado por Adalberto Costa Júnior.

O BNA não tem capacidade para dar divisas a todos os bancos comerciais. É bom que tenha havido essa liberalização.

concorda com as medidas do BNA no âmbito cambial e monetário?

Houve uma tentativa de uma protecção administrativa da moeda para manter um câmbio, mas não valeu a pena, era preciso corrigir. Já houve muitas medidas que fracassaram. Lembro-me que houve uma altura em que as pessoas não tinham problemas de conseguir o dólar ou o euro, porque qualquer banco os tinha. Mas depois optámos pela utilização do kwanza apenas mas, sendo o kwanza uma moeda que não podemos passar para lá das nossas fronteiras, tentamos uma parceria com a Namíbia, mas não funcionou. Não funcionou por causa das contrapartidas, dado que os namibianos começaram a arrecadar lá sacos e sacos de kwanzas e não havia a possibilidade de devolver os kwanzas para aqui, para que déssemos uma moeda que pudesse circular lá e noutros sítios.

Agora o BNA permite que os bancos comprem divisas directamente às petrolíferas.

Primeiro, o BNA não deveria ser um instrumento do Governo, não deveria estar acoplado ao Governo. Deveria ser um instrumento do Estado, com alguma independência para agir aqui e ali, não uma coisa que funcionasse sob ordens do Titular do Poder Executivo. O segundo aspecto é que o BNA não pode ser uma espécie de comerciante de moedas. O BNA não tem capacidade para dar divisas a todos os bancos comerciais, e ainda por cima com o nível de necessidade que se apresentam. É bom que tenha havido essa liberalização.

Regressemos ao Governo Sombra. Substituiu o deputado Fernando Heitor. Que diferenças?

Fui primeiro-ministro do Governo Sombra mesmo já no mandato saído do XII Congresso, pelo qual fui designado vice-presidente do partido. Houve algumas questões funcionais que não nos permitiram desempenhar a actividade a contento. Fomos fazendo algumas coisas mas, por hoje, face à importância que o presidente do partido dedica ao Governo Sombra, acreditamos que vamos ter possibilidades de ter um funcionamento diferente e dar respostas diferentes relativamente às que vinham sendo dadas. Não faço comparações entre pessoas, mas acredito que vamos ter um desempenho algo diferente.

Tem um orçamento?

Tudo isso vai ficar esclarecido depois, mas há de haver alguns trocados para podermos fazer o nosso trabalho.

Fosse a Unita Governo, também chamaria o FMI?

Lembro que a última ou a penúltima vez que a delegação do FMI esteve aqui (foi aqui mesmo na Assembleia Nacional), um quadro da organização recordou que, quando o FMI é chamado, é porque as coisas estão mal. Eles surgem quando é preciso aguentar a dor. É como que alguém que vai apanhar uma injeção, vai torcer o nariz, face à dor, e depois fica curado. Mas a participação do FMI traz sempre situações muito complicadas. O FMI olha para questões eminentemente técnicas e práticas, mas um Governo tem



“Acreditaria no combate à corrupção se o Presidente João Lourenço dissesse assim: O que tirei ou o que beneficiei está aqui.”



Mário Mujetes © VE

O Presidente João Lourenço beneficiou claramente da corrupção. Tem dinheiro, tem empresas, já ouvimos relatos de ter empresas em Moçambique e noutros sítios, como é que conseguiu isso?

de olhar para outra vertente, a da sensibilidade da população. Porque essa coisa de você mandar apertar o cinto, é preciso depois olhar para o furo onde vai colocar a fivela, porque senão é uma desgraça de todo o tamanho. Depois surge a questão sobre quem vai apertar o cinto. Precisamos todos de apertar o cinto, mas o que é facto é que uns apertam e outros têm suspensórios. Isso é grave.

Não respondeu, chamaria?
Dependeria muito.

Como vê a proposta de Lei de Requisição Civil?

Com algumas preocupações. Esperamos que a requisição não sirva para subtrair alguns direitos que os trabalhadores têm; que isso não seja uma forma de inibir ou de impedir que algumas pessoas possam fazer greve, e que não seja também uma forma abusiva de o Governo poder usar quando quiser e como quer aquilo que é privado. É óbvio que

entendemos, aliás a lei da greve já prevê isso. Quando há uma greve no hospital, deve sempre haver serviços mínimos, não podemos pensar que alguém chegue e morra à porta do hospital porque os médicos e os enfermeiros estão parados. Mas também que não seja uma forma de inibir as pessoas.

O Presidente da República disse estar mais bem preparado para combater a corrupção por ter sido parte do sistema. Concorda?

Quem está dentro do sistema não tem condições morais para combater a corrupção. O Presidente João Lourenço beneficiou claramente da corrupção. Tem dinheiro, tem empresas, já ouvimos relatos de ter empresas em Moçambique e noutros sítios, como é que conseguiu isso? Já ouvimos relatos de haver participações nessa ou naquela empresa. Não acredito que alguém que tenha sido a segunda pessoa na hierarquia do partido e com influências na hierarquia do Estado não tenha beneficiado de nada. O Presidente sempre ocupou posições de relevo, como comissário político das FAPLA, secretário-geral do MPLA, já foi governador, vice-presidente da Assembleia Nacional, ministro da Defesa, vice-presidente do MPLA, agora presidente do partido. Por amor de Deus, ele não tem condições morais para fazer um combate a sério. E não vale a pena dizer que conhece melhor o sistema.

O senhor conhece?

Os angolanos sabem como é que ocorreu a corrupção neste país e como é que tem estado ainda a ocorrer. Como é que ocorreram e como é que continuam a ocorrer os desvios. Logo, só pessoas

que estão isentas, que não desviaram, é que podem ter moral para combater a corrupção, porque, senão, há-de haver aquelas situações que sempre ouvimos, verdade ou não, mas ouvimos. Imagine que tem em casa o pai e que tem um irmão que foi roubar alguma coisa que pertence ao pai... Quando você for roubar, ele não vai ter moral para queixar, porque, senão, você vai dizer-lhe que também o vai queixar ao papá. Portanto, ele não tem moral. Pode ter conhecimento profundo dos desvios, acredito que tenha, mas não tem moral nem pode estar tão à vontade para ir atrás dos outros e fazer o que quer que seja.

Mas o combate está a acontecer, não?

Eu acreditaria no combate à corrupção por parte do Presidente João Lourenço se dissesse assim: 'Tudo muito bem, a situação ocorreu assim, eu próprio fiz isso, mas aquilo foi uma situação em que não podia ser de outra forma. O que tirei ou o que beneficiei está aqui, agora vocês ponham também aqui'. O Presidente quer mostrar uma coragem, mas o combate à corrupção, como nós temos estado a dizer, sempre foi uma divisa da Unita, como se pode ouvir nos vários discursos do doutor Savimbi. Não é dos dias de agora em que o MPLA consegue admitir que há corrupção. A Unita pede que se faça o combate, mas que se faça bem, com transparência e de forma integral.

Para este ano, o Governo prevê realizar algumas privatizações.

A Sonangol e a Endiama constam da lista das empresas a serem privatizadas em parte. O que pensa?

Há aquelas questões em que o Estado deve salvaguardar para não estar completamente despedido, embora eu defenda que o Estado não precisa de fazer negócios de alguma forma até desleal face aos privados. As privatizações devem ser feitas com transparência, as pessoas devem saber qual é a real situação financeira dessas empresas e porque é que estão a ser privatizadas. Por exemplo, não acho que a Sonangol deva desfazer-se da aeronáutica. Agora investiu mais na Unitel, mas o problema é a falta de esclarecimento sobre as razões. Se explicassem aos angolanos, se calhar, ficaríamos todos alinhados no mesmo diapasão para dizer está bom ou não.

TRANSCOOP
Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



**SERVIÇO
PERSONALIZADO COM
CONFORTO E
SEGURANÇA**

**O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA**



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda

Call center

(+244) 947 992 829

(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



Economia/política

GOVERNO VAI PAGAR 30%

Metro de Superfície arranca com modelo que ‘fragilizou’ antigo ministro dos Transportes

TRANSPORTES. Delivery payment pode ser assumido única e exclusivamente pelo Estado. É mais um grande projecto que arranca sem recurso ao BOT, apresentado inúmeras vezes pelo Presidente da República como prioridade.

Por César Silveira

A parceira público-privada eleita para a construção do projecto Metro de Superfície de Luanda tem particularidades que se assemelham ao modelo que estava pensado para o consórcio aéreo Air Connection Express -Transporte Aéreo e que foi abortado pelo Pre-

sidente João Lourenço.

“Esta companhia ou consórcio entre a companhia de bandeira TAAG e algumas empresas privadas não vai sair. Não vai acontecer.” Foi com estas palavras que o Presidente João Lourenço anunciou, em uma entrevista a Euronews, a ‘queda’ da operação, fragilizando o então ministro dos Transportes, Augusto Tomás.

As razões do posicionamento do Presidente da República nunca foram oficialmente esclarecidas mas sabe-se que em causa estavam suspeitas de que os privados usa-

riam a Taag como rampa de lançamento do projecto. Segundo as suspeitas levantadas, o pagamento da totalidade da quota-parte da companhia aérea nacional seria usado como ‘delivery payment’ da compra das aeronaves.

Entretanto, o mesmo modelo é agora replicado para dinamizar o projecto público-privado para a construção do Metro de Superfície de Luanda, cujo acordo foi assinado na semana passada com a empresa alemã Siemens Mobility. Segundo consta, o Governo responsabiliza-se por 30% do



projecto e os privados interessados pelos outros 70%, estando o projecto avaliado em cerca de três mil milhões de dólares.

Contas feitas, o Governo deve investir cerca de 900 milhões de dólares, valor que também corresponde ao que se deve pagar como delivery payment do projecto. Por isso, várias vozes acreditam que o Governo pagará na totalidade a sua quota-parte para viabilizar o processo até porque ainda não se conhecem os privados envolvidos. “Os nossos governantes não podem continuarem a pensar que somos todos distraídos. O Governo vai endividar-se para fazer este pagamento inicial e talvez até venha a pagar a totalidade para depois distribuir aos privados que são desconhecidos, contrariamente ao que estava a acontecer com o

projecto da aviação quem eram todos conhecidos”, argumentou um dos empresários que fazia parte do consórcio.

O modelo escolhido para a construção do metro também é contrário ao BOT (Build, Operate and Transfer), inúmeras vezes apresentado pelo Presidente da República como prioridade para os grandes projectos por dispensar esforço financeiro por parte do Estado.

O memorando de entendimento para a construção do Metro de Superfície de Luanda foi assinado com a empresa alemã, que vai começar as obras ainda este ano.

A infra-estrutura vai cobrir os eixos principais de Luanda, isto é, do Porto de Luanda a Cacuaco, Avenida Fidel Castro Ruz-Benfica, Porto de Luanda-Largo da Independência e Cidade do Kilamba-1.º de Maio.

A EMPRESA PÚBLICA DE ÁGUAS DE LUANDA projecta arrecadar 1,2 milhões de kwanzas por mês com a terceira fase da campanha comercial que abriu hoje. O programa, que envolverá mais de 60 bairros da capital, vai decorrer até 18 de Dezembro.

CONTRATOS FORAM RUBRICADOS COM DÓLAR A 350 KWANZAS

Empresários criticam “lentidão” na implementação do PIIM



O que mais interessa à população do Cazombo, segundo António Segunda, são as estradas porque “o resto vem por acréscimo”.

INVESTIMENTO PÚBLICO. Empresas contratadas estão preocupadas com a desvalorização da moeda, pelo que exigem revisão dos contratos. E receiam pela possibilidade de o programa falhar.

Por Júlio Gomes

Empreiteiros seleccionados para executar o Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) no Moxico defendem a revisão dos contratos celebrados com o dólar a 350 kwanzas para “se evitar o descalabro”, quando hoje está a 540 kwanzas, situação que ocorre devido à “lentidão” na implementação do programa.

“Não estamos a ver motivo para tanto atraso na atribuição dos montantes para o início da execução dos projectos. Há muita burocracia”, reclama um empreiteiro selecciona-

nado para dar corpo ao Plano que, entretanto, prefere não ser identificado “para não sofrer represálias”, ou mesmo “ver o seu contrato anulado pelo Governo”.

O empresário reforça, no entanto, que “da forma como as coisas estão a caminhar, o PIIM poderá mesmo fracassar”, já que os contratos foram celebrados com o dólar a 350 kwanzas, quando hoje o câmbio assinala 568 kwanzas por um dólar. “A nossa moeda perde valor a cada dia e muito do material de que precisamos para as obras, com excepção da areia, água, madeira e pedra, terá de ser adquirido fora da província, ou importado.

Isso não é comportável”, afirma ainda esse contacto, que admite que, pela forma como o programa está a ser levado a cabo, “ser apenas mais uma mecanismo encontrado para esvaziar os cofres públicos”. “A

MEMORIZE

● Os orçamentos foram endossados ao Ministério, que “identifica algum receio para alocar as verbas”, supostamente, “por incapacidade de gestão local”.

marcha está muito lenta e dá para desconfiar dos propósitos”, acusa ainda o empresário que já esteve envolvido em outros projectos do género inscritos nos investimentos públicos.

Três administradores municipais do Moxico também se sentem mal com o andamento do PIIM. António Segunda, edil do Cazombo, deixou escapar que a demora na execução do programa “cria um senti-

mento de frustração na acção, mas, sobretudo, no cidadão”, expectante por ver resolvida a ‘maka’ do troço rodoviário de 256 quilómetros de ligação ao Luau e não só.

No ano passado, com recurso ao PIP (Programa de Investimentos Públicos), nesse mesmo troço rodoviário, foram gastos, para a sua terraplanagem, 800 milhões de kwanzas, mas os utentes dizem que de nada valeu o investimento na via, hoje praticamente intransitável, o que impede a circulação de viaturas e, por conseguinte, as trocas comerciais.

O que mais interessa à população do Cazombo, segundo António Segunda, são as estradas porque “o resto vem por acréscimo”. Também alinha no mesmo discurso o seu homólogo Rodrigues Sacuaha, do Luacano, nesta época chuvosa isolado do ‘resto do mundo’ por

estrada. Neste município, que apenas depende da circulação do comboio, as acções do PIIM deverão consumir perto de 880 milhões de kwanzas, agregados à construção de um complexo residencial (uma iniciativa de âmbito central) avaliado em mais de 1.000 milhões de kwanzas.

A concretização do projecto residencial radica na ideia de atrair quadros para os mais variados sectores, como educação e saúde, “que se recusam a trabalhar no município, também por causa do isolamento e da falta de atractivos de toda a ordem”, como disse o administrador municipal.

GESTÃO CENTRALIZADA É NECESSÁRIA

Confrontada com as críticas pelo atraso do programa, fonte do Ministério das Finanças avança que “a gestão centralizada do PIIM poderá conferir mais rigor na aplicação dos recursos”, sendo que “se pretende evitar a reedição do desvio de fundos verificado no passado”.

Segundo a fonte, os orçamentos foram endossados ao Ministério, que “identifica algum receio para alocar as verbas”, supostamente, “por incapacidade de gestão local”. O programa está por isso ‘enchado’ em todo o país.

Por exemplo, no município do Cazombo (Moxico), onde foi lançado no ano passado com ‘pompa e circunstância’ pelo Presidente João Lourenço os empreiteiros que ganharam os concursos de obras que roçam nos 700 milhões de kwanzas, têm já os equipamentos alinhados, mas nada podem fazer sem dinheiro. “Com esse processo, as administrações municipais passarão apenas a exercer papel fiscalizador”, indicou ainda o mesmo contacto, acrescentando que “o PIIM não pode recuar”, sob pena de descarrilarem também todas as boas intenções do Governo”.

Os empresários consideram, no entanto, que “esse discurso não é novo e pode mesmo inviabilizar o programa”. E acrescentam que o PIIM “acabará mesmo por ser uma ‘armadilha’ se os contratos não forem revistos. “É um programa que começa mal”, destaca ao VALOR um empresário do Kwanza-Sul, também seleccionado para a execução do PIMM. Para ele, “se o programa falhar, vai arrasar a imagem do Governo perante instituições de crédito como o Fundo Monetário Internacional”.

Empresas&Negócios

AVALIAÇÃO DO BANCO MANTÉM TODAS AS POSSIBILIDADES EM CIMA DA MESA

Pré-acordo da venda do EuroBic estabelece 60 dias para ‘due dilligence’

BANCA. Resultado da avaliação será determinante para fixação de forma objectiva do preço. Chineses, portugueses, ingleses e americanos continuam à espera de uma oportunidade

Por César Silveira

Os espanhóis do Abanca têm 60 dias para avaliar os activos do Eurobic e decidir-se pela conclusão do negócio, segundo o pré-acordo de compra do banco estabelecido no último final de semana com os accionistas da instituição, apurou o VALOR.

No período (que deve ir até à primeira semana de Abril), o Abanca terá acesso ao ‘data center’ da instituição para o trabalho de ‘due dilligence’, processo que será determinante para a fixação de forma objectiva do preço final da operação. “Apesar de existir este pré-acordo de venda, depois da avaliação, eles podem desistir ou também os accionistas não concordarem com as propostas apresentadas”, explicou fonte dominadora do processo, acrescentando que, caso o negócio não seja concluído, os accionistas têm outras propostas sobre a mesa.

“Caso não se feche o negócio, os accionistas abrem a possibilidades para outros interessados. Estão investidores portugueses, ingleses, chineses, também o



MEMORIZE

● Além de Isabel dos Santos (42,5%) e Fernando Teles (37,5%) constam ainda, da estrutura accionista, Luís Cortez dos Santos, Manuel Pinheiro Fernandes e Sebastião Bastos Lavrador todos com 5%.

Fundo Americano. São muitos porque efectivamente o Eurobic é um bom banco”, referiu a fonte.

Apesar de o comunicado do banco fazer referência à “oferta vinculativa de aquisição de pelo menos 95%”, sobre a mesa está a venda da totalidade do banco, visto que “eles [Abanca] não aceitam comprar menos de 75% e aos accionistas não interessa continuar numa posição excessivamente inferior”, explicou a fonte.

A venda do banco de origem angolana foi precipitada pela decisão, a 22 de Janeiro, de Isabel dos Santos vender as suas participações (42,5%) na sequência das denúncias do ‘Luanda Leaks’. Seguiram-se inúmeros interessados e a possibilidade de outros accionistas comprarem as acções da empresária também estava sobre a mesa.

“É uma possibilidade que continua a ser considerada pelos outros accionistas”, revela a

fonte, acrescentando que o pré-acordo foi estabelecido com o Abanca, porque foi o primeiro a contactar a instituição.

“O que tem sido política do Abanca é que não participamos em nenhum tipo de integração ou fusão em que não controlemos o banco. Não sabemos qual a posição dos outros accionistas [do EuroBic]. Se não houver um mínimo de 75% do controlo, não participamos”, referiu, na semana passada, o CEO da instituição espanhola.

Resultante do investimento dos accionistas do Banco Bic Angola, o Banco Bic português iniciou actividades em 2008 e, em 2014, adquiriu ao Estado português o BPN por 40 milhões de euros, operação que permitiu a sua expansão. Em Julho de 2017, é obrigado a mudar de nome, adoptando EuroBic devido ao conflito de marcas com o Banco de Investimento Global.

Além de Isabel dos Santos (42,5%) e Fernando Teles (37,5%), constam ainda, da estrutura accionista, Luís Cortez dos Santos, Manuel Pinheiro Fernandes e Sebastião Bastos Lavrador, todos com 5%, igual participação reservada a um grupo que aparece designado como outros. Os números de 2018 da instituição indicam que o resultado do banco cresceu cerca de 70%, em 2018, passando de 25 para 42,5 milhões de euros.

A AIR NAMÍBIA, transportadora aérea namibiana, anuncia a suspensão, por tempo indeterminado, da rota Windhoek-Luanda, justificando que Angola se tornou num mercado economicamente inviável.

EMPREENDEDOR DEFENDE FACILIDADE DE ACESSO AO MERCADO GLOBAL

INVART investe nas criptomoedas

DINHEIRO DIGITAL. Entre outros objectivos, aposta visa contrapor dificuldades de acesso às divisas, segundo Valdick Faria, fundador da empresa.

Por Guilherme Francisco

A empresa angolana de tecnologia e gestão de investimento Invar vai, nos próximos dias, lançar-se no mercado das moedas digitais, apesar de estar ainda distante da realidade do país.

Com o propósito de acompanhar “as mudanças em grande velocidade observadas no ramo da tecnologia no século XXI”, o seu fundador, Valdick Faria, justifica a aposta como “uma solução diante da ausência gritante de

divisas”, já que as criptomoedas, sendo moedas digitais, operam da mesma maneira em qualquer parte do mundo.

“É um sistema financeiro descentralizado tirado das mãos de muita gente poderosa”, esclarece Valdick, acrescentado que acaba também “com a lentidão ineficiência e burocracia existente nas instituições financeiras tradicionais”.

Além de facilitar na transação comercial, o empreendedor explica que o serviço da Invar “é inclusivo”, porque permite, através de um telefone ou computador, participar na economia global independentemente do nível social. “Temos o direito de fazer compras no Ebay, Amazon e Alibaba, tal como os americanos, europeus e em alguns países de África”, observa, acres-



centando que será assegurada a oportunidade os empreendedores angolanos “atingirem patamares elevados”, à semelhança a dos países do primeiro mundo. “Ouço sempre falar em jovens com espírito empreendedor, a que tipos de

empreendimentos se estão a eferir? Cantinas?!” questiona. “Nós também queremos construir negócios e aplicativos bilionários, gerar centenas de empregos, atrair dinheiro para o país, contribuir na economia e queremos competir a níveis

internacionais”, responde o próprio.

Ao contrário das moedas tradicionais que, quanto mais estiverem em circulação perdem o valor, o bitcoin, explica o empreendedor, nunca se desvaloriza diante de outras moedas ou flutuações do mercado financeiro.

O jovem, formado em Criptomoedas, Blockchain, Educação Financeira e Mercados, explica que a criptomoeda supera o dólar em todos os aspectos pelo facto de tirar a fricção na transferência de fundos entre duas partes. “Enviar-se de um ponto do mundo para outro apenas em segundos, converte a moeda para qualquer outra que se deseja e tira a necessidade de contas bancárias”, detalha. A moeda digital permite ainda ao usuário guardar e monitorizar todas as transações em tempo real, ter o controlo pleno do seu dinheiro, bem como “ver as origens e destinos dos pagamentos, até o paradeiro deste dinheiro a tempo real”, através do Blockchain.

De acordo com o relatório publicado em Agosto de 2018 pelo Ecobank, África do Sul e a Suazilândia são os países africanos onde a moeda digital é mais utilizada, os outros temem pelos riscos. Na Inglaterra, a concessionária Stephen James BMW permite a compra de carros com criptomoedas. Igualmente, nas próximas versões do programa Primavera, estará incluído a opção bitcoin.

DEPOIS DA SAA E DA AIR NAMÍBIA SAÍREM DE LUNDA

Reestruturação da Taag também pode implicar o fecho de rotas

O plano de reestruturação da Taag pode implicar o encerramento de algumas rotas internacionais, segundo o presidente da comissão executiva da transportadora, salientando que a situação “está difícil para todos”.

Reagindo ao anúncio das companhias sul-africana e namibiana de deixarem de voar para vários destinos, incluindo Luanda, Rui Carreira colocou de parte a possibilidade de encerrar a ligação com a

África do Sul, considerando “muito boa, embora os resultados ainda não sejam os esperados” por estarem a usar aviões de grande porte.

Sobre se existe alguma estratégia para a Taag explorar o abandono da rota de Luanda pela transportadora sul-africana, o gestor salientou que vão analisar “como se vai reflectir do ponto de vista comercial”. “Estamos a estudar que medida tomar”, reforçou, prometendo, para os próximos dias, o anúncio do plano de reestruturação.

Em comunicado, a South Africa Airways (SSA) indicou que, por

razões financeiras, eliminou as rotas de Luanda e da cidade brasileira de São Paulo, mantendo entretanto voos para Maputo (Moçambique). A SAA decidiu ainda cortar as ligações para as chinesas Guangzhou e Hong Kong, numa altura em que várias companhias suspenderam voos para a China continental, devido ao coronavírus.

A SAAA sublinhou que todos os passageiros com bilhetes para voos cancelados a partir de 1 de Março vão receber um reembolso integral. A companhia sublinhou que as medidas fazem parte de

um plano de reestruturação que será divulgado no final deste mês.

A SAA já tinha anunciado o cancelamento de cerca de 150 voos previstos para Fevereiro para cortar custos. Desde 2011 com prejuízos, emprega cerca de 10 mil pessoas, num país que conta com uma taxa de desemprego de 29%. No final de Janeiro, o estatal Banco de Desenvolvimento da África do Sul anunciou um financiamento à companhia no valor de 3,5 mil milhões de rands (cerca de 214 milhões de euros), afastando o risco de falência.

Por sua vez, também a Air Namíbia deixou de escalar a rota Windhoek-Luanda, desde domingo último “por falta de viabilidade”, segundo o diário The Namibian.

Xavier Masule, presidente interino da Air Namíbia, estimou que “esta ligação apresenta perdas a um nível que não é sustentável e não há perspectivas de que a situação mude no futuro próximo”. A Air Namíbia voa para Luanda desde 1992. Entre 1998 e 2015 chegou a ser a rota mais rentável da companhia.

Júlio Gomes

(In)formalizando



O valor das viaturas são altos, há poucas vendas, eles reclamam que não têm capacidade financeira.

AUTOMÓVEIS ADQUIRIDOS NO MERCADO NACIONAL

Por Guilherme Francisco

Crise leva concessionárias a revenderem carros velhos

REPORTAGEM. Quebra do poder de compra e escassez de divisas para a importação obrigam concessionárias a reinventar negócio. Prioridade é contornar risco de falência.

Com a dificuldade de importar viaturas novas e de ocasião e com as que estão no país a apanhar poeira nos parques devido à falta de poder de compra, as concessionárias têm procurado reinventar-se para se manterem no mercado. Muitas optaram por ‘caçar’ carros velhos à venda no país, os famosos ‘segunda mão’, que são reparados e posteriormente revendidos.

Em Malanje, por exemplo, a concessionária I.S.P conseguiu vender, no ano passado, apenas 16 viaturas usadas, depois de enfrentar graves baixas na compra de automóveis de ocasião e novos.

Há dois anos sem importar viaturas, Leandro Teca, responsável de uma concessionária localizada nas imediações do Estádio 11 de Novembro, em Luanda,

NO CUNENE, pouco mais de 140 jovens participam de uma sessão formativa sobre empreendedorismo, numa iniciativa da Câmara de Comércio Angola e Brasil.

confirma que a permanência no negócio é assegurada pela compra de veículos velhos dentro do país, visto que os bancos comerciais não dispõem de divisas. “Quando têm disponíveis vendem quantidade muito ínfima, nem dá para comprar duas viaturas”, refere.

Aos poucos, o maior mercado de compra de viaturas velhas tem se formado nas redes sociais. Muitos responsáveis de concessionárias recorrem às diversas plataformas, sendo que algumas dispõem inclusive, nos seus sites, de secções de compra de carros antigos. Já outras não se dão ao trabalho, compram de intermediários, como Gerson Canda.

O jovem viu a oportunidade de “fazer algum dinheiro”, localizando viaturas pelas várias vias, negociando-as e entregando-as posteriormente às concessionárias. Para ele, o mercado de usados está a ganhar força. “É possível levar um usado pouco rodado, de categoria superior e mais equipado em relação a um zero quilómetro, que ainda passará pela temida desvalorização”, explica.

PAGAMENTOS PARCELADOS

Se uns optam pela recuperação de viaturas velhas, concessionárias como a Sutila, em Luanda, dão a possibilidade aos clientes de adquirirem automóveis de ocasião e novos, por prestações. No entanto, a primeira parcela não habilita à posse imediata da viatura, que é tida como garantia. “Os valores são altos, há poucas vendas, eles reclamam que não têm capacidade financeira, então nós temos de inovar para vender”, justifica Domingos Ngunza, responsável da Sutila.

Pelo curso económico e financeiro que o país segue, os importadores de viaturas antecipam “dias piores” no sector, o que deve

MEMORIZE

● **Os importadores de viaturas antecipam “dias piores” no sector, o que deve influenciar a subida de preços ou até mesmo falência de muitas concessionárias. Por essa razão, recomendam ao Executivo a revisão do decreto de 2018 que autoriza a entrada de carros usados até seis anos.**

2007

No mesmo sentido, Domingos Ngunza diz não entender o que leva um país que “não fabrica nada a impedir a entrada de viaturas usadas de 2000 a 2007, em bom estado técnico.

influenciar a subida de preços ou até mesmo falência de muitas concessionárias. Por essa razão, os operadores recomendam ao Executivo a revisão do decreto de 2018 que autoriza a entrada de carros usados até seis anos. “Claro que, dessa forma, os preços não farão muita diferença, face aos carros actuais”, observa Isaiás dos Prazeres, responsável da concessionária I.S.P, em Malanje.

No mesmo sentido, Domingos Ngunza diz não entender o que leva um país que “não fabrica nada a impedir a entrada de viaturas usadas de 2000 a 2007, em bom estado técnico.” O empresário que, nas suas deslocações à Coreia do Sul, onde compra as viaturas, gasta um milhão de kwanzas, com a falta de divisas e apoios, reduziu o ritmo. Actualmente, gasta mais tempo em contas e recomenda também um “olhar atento das autoridades às obrigações fiscais”.

UM SONHO DISTANTE

Ter carro próprio ainda é sonho de muitos angolanos, particularmente jovens, para escapar aos empurrões e às horas a fio nas paragens de táxi. Ou ainda da enchente e asfixia dos transportes públicos. Em busca da realização do sonho, muitos trabalham a dobrar para comprar pelo menos o de ocasião, já que o preço do novo é de “bradar os céus”.

Nesta condição, está, por exemplo, o jovem Vieira Paulo. No ano passado, augurava comprar uma viatura nova da marca Toyota, modelo Celica, mas o preço de dez milhões de kwanzas estava longe das suas possibilidades. “Então como a questão era ter o meio de transporte, não tive outra opção, adquiri um já usado a 700 mil kwanzas visto que o de ocasião também é caro, cinco milhões”, confere.

EM CACUACO, LUANDA

Donos dos mercados ‘Sabadão’ disputam posse dos comerciantes



Os proprietários dos mercados do Sabadão, situados na Caop, em Cacauco, reclamam a titularidade

dos comerciantes que se encontram a operar apenas no segundo mercado.

Até 2017, boa parte dos comerciantes que actualmente vendem no segundo mercado do Sabadão operava no primeiro mercado com o mesmo nome. No entanto, o então administrador municipal de Cacauco, Carlos Cavuquilha, optou por transferir todos os comerciantes para o segundo mercado, face ao lamaçal e inundações que se verificavam no interior do primeiro mercado, sempre que chovesse.

Na sequência do processo de transferência, os proprietários dos dois mercados assinaram um memorando, no qual concordaram que os operadores regressariam para o primeiro mercado, tão logo o espaço fosse rehabilitado. No entanto, recuperado quase três anos

MEMORIZE

● **Ambos os mercados estão localizados na estrada principal que liga Luanda à Funda, na Caop Velha e são tidos como os destinos da produção agrícola de Luanda. Na antiga feira, os comerciantes pagam uma taxa diária de 100 kwanzas e, no segundo mercado, o custo diário está fixado em 350 kwanzas.**

depois, o acordo continua por se cumprir, o que leva os proprietários a acusarem-se mutuamente.

Inocência Maya, responsável do primeiro mercado, acusa Manico Henda, dono do segundo Sabadão, de se recusar a respeitar o compromisso, e de estar a “usar influências junto da administração de Cacauco, recorrendo ao suborno para abafar o caso”, além de “promover uma campanha de difamação”.

O empresário, que teme ver-se forçado a encerrar o mercado, face à falta de operadores, sublinha ter rehabilitado com “urgência”

o espaço, na esperança de o local vir a servir de fonte de renda para continuar a apoiar a casa de caridade por ele administrada, com um total de 280 idosos.

A administração do segundo mercado, de Manico Henda, contra-ataca, acusando Inocência Maya de estar a “instrumentalizar” efectivos da Polícia Nacional e funcionários da fiscalização para forçar os comerciantes a regressarem ao antigo mercado, que, como afirma, “ainda não oferece condições mínimas” para a venda.

Alfredo Bonifácio, administrador do segundo mercado, explica que os vendedores é que “se recusam a abandonar o local” por alegadamente “oferecer melhores condições de venda e de higiene”.

Ambos os mercados estão localizados na estrada principal que liga Luanda à Funda, na Caop Velha, e são tidos como os destinos da produção agrícola realizada em Luanda. Na antiga feira, os comerciantes pagam uma taxa diária de 100 kwanzas, sendo que, no segundo mercado, o custo diário está fixado em 350 kwanzas.

De Jure

DIPLOMA ESTABELECE TAMBÉM MECANISMOS DE INSOLVÊNCIA EMINENTE

Recuperação de empresas segue para o Parlamento

LEGISLAÇÃO. Na base do diploma está também a eliminação de pontos de estrangulamento de carácter legal, institucional e processual que propiciem um ambiente de negócios menos atractivo.

Por Redacção

A pós ter sido apreciada este fim-de-semana, em sessão extraordinária, pelo Conselho de Ministros, a proposta de Lei que aprova o Regime Jurídico de Recuperação de Empresas e da Insolvência segue agora para a Assembleia Nacional (AN).

O documento estabelece os mecanismos jurídicos fundamentais à recuperação de créditos e para a declaração de insolvência de pessoas singulares e colectivas, em situação economicamente difícil.

O diploma, que brevemente vai para o Parlamento, estabelece, igualmente, os mecanismos de insolvência eminente.

Segundo o comunicado da sessão, esse mecanismo visa permitir a satisfação dos interesses dos credores, a manutenção do emprego, a preservação da actividade económica e da sua função social.

Na base do diploma está também a eliminação de pontos de estrangulamento de carácter legal, institucional e processual



Conselho de Ministros analisa proposta de Lei que aprova o Regime Jurídico de Recuperação de Empresas e da Insolvência.

MEMORIZE

● Na elaboração da proposta de Lei foram considerados, entre outros aspectos, a preservação dos agentes económicos – devido à sua função social –, protecção aos trabalhadores, participação activa dos credores, maximização do valor dos activos do insolvente e a redução dos custos financeiros.

que propiciem um ambiente de negócios menos atractivo.

A nota sublinha que a aprovação deste diploma constitui um “passo importante na adequação do quadro legal existente ao actual tratamento dado pelas nações ao direito da insolvência”, referindo que vai permitir a melhoria do ambiente de negócios, por via de procedimentos de reestruturação de empresas economicamente viáveis, o que “deverá contribuir para a segurança jurídica, celeridade proces-

sual em matéria de recuperação de empresas e insolvência”.

Na elaboração da proposta de Lei foram considerados, entre outros aspectos, a preservação dos agentes económicos – devido à sua função social –, protecção aos trabalhadores, participação activa dos credores, maximização do valor dos activos do insolvente e a redução dos custos financeiros.

O Conselho de Ministros é um órgão colegial auxiliar do Presidente da República na formulação, condução e execução da política geral do país e da administração pública, presidido pelo Presidente da República, que pode delegar, nas ausências e impedimentos temporários, ao vice-Presidente da República a faculdade de presidir às reuniões.

Além do Presidente e do vice-Presidente da República, o Conselho de Ministros é composto por todos os ministros e ministros de Estado.

“Aumento da competitividade”

A proposta de Lei que aprova o Regime Jurídico de Recuperação de Empresas e da Insolvência terá um “grande impacto na captação de investimento privado para o país”, acredita o ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

Para Francisco Queiroz, quando for aprovada pelo Parlamento, a proposta “vai elevar a competitividade do mercado angolano a nível internacional”, tendo referido, em declarações à imprensa, que, sem a mesma, “os investidores hesitavam investir no mercado angolano, receando sobre o destino a dar à empresa, em caso de dificuldades”.

“Este problema fica ultrapassado”, frisou, destacando que o país ficará alinhado com

as práticas internacionais nesse segmento, quando a Assembleia Nacional aprovar o diploma.

Para o dirigente, é preciso distinguir, neste processo, as empresas de capital privado das de capital público, especificando que, no quadro do diploma, que segue para o Parlamento para discussão e aprovação, as empresas públicas não estão abrangidas. “O diploma abrange apenas as empresas privadas”, ressaltou.

Francisco Queiroz ressaltou a necessidade da recuperação das empresas quando estiverem em dificuldades, a fim de cumprirem com a sua função social, entre as quais, assegurar emprego, produzir riqueza e responder às expectativas dos sócios e credores.

Tia Bolinha & Momô

O CASAMENTO DO ANO!



29 Fevereiro

CCB • SÁBADO • 20:00H

COMPRE JÁ O SEU BILHETE NO ZAP CINEMAS
SHOPPING AVENIDA MORRO BENTO • QUIOSQUE ZAP CINEMAS TALATONA

9.000AKZ / PESSOA

COM ACTUAÇÃO ESPECIAL

EDMÁZIA MAYEMBE • PINK 2 TOQUES • SABINO HENDA

UMA PRODUÇÃO
ZAP ESTÚDIOS

PEDRA RUBRA
FÁBRICA DE JÓIAS &
LAPIDAÇÃO DE DIAMANTES
APOIO

zap vivo

Gestão



CORONAVÍRUS

China, a mega gestão do vírus

SAÚDE. Autoridades chinesas estão em alerta máximo para conter o vírus Corona que, desde Dezembro, já matou mais de 900 pessoas e se espalhou pelo menos 25 países.

Por Redação

Além da contenção dos sérios danos à economia, a gestão da quarentena de uma província com 50 milhões de habitantes, o coronavírus é um desafio hercúleo às capacidades de ges-

tão pública emergencial.

Mercados mundiais em baixa, trocas comerciais e tráfego de passageiros coartados, fábricas, comércio e escolas encerrados, mais de 40 mil infectados e perto de mil mortos é o saldo actual do surto do vírus que, segundo os cientistas, só atingirá o pico em Abril.

As autoridades chinesas, que isolaram a província de Hubei, cuja cidade Wuhan é apontada como o epicentro do surto, em 10 dias construíram, com recurso a 7.500 funcionários que se revezaram para trabalhar 24 horas

em três turnos por dia, um hospital de dois andares, com mil camas e 30 unidades de cuidados intensivos para atender à emergência. Outro hospital com recurso à construção em pré-fabricados foi edificado no mesmo tempo record, para disponibilizar mais 1.600 camas, sendo que as autoridades chinesas já haviam convertido estádios, escolas e centros comunitários em centros de quarentena improvisados em 132 locais que tratariam os sintomas mais leves e que disponibilizavam já 12.500 camas. O exército dis-

ponibilizou 1.400 operadores de saúde para prestação de serviços de emergência médica na província.

UMA CIDADE SITIADA

Wuhan, a cidade com maior incidência do vírus Corona que já regista uma taxa de mortalidade de 4,1%, muito superior à de 0,17% do resto do gigante asiático, conta cerca de 11 milhões de habitantes e a gestão de serviços públicos com a existência de conselhos de recolha é um quebra-cabeças de proporções gigantes. Na semana passada, foram ordenadas buscas casa a casa para verificação de temperatura, já que os sintomas do Corona se assemelham aos de uma pneumonia aguda, sendo que os casos de suspeita são encaminhados para os centros de quarentena.

A vice-primeira ministra, Sun Chunlan, que visitou a cidade, descreveu a situação como sendo a de “condições de tempo de guerra”. As dificuldades de abastecimento médico e alimentar da província já se vão fazendo sentir e é o exército chamado a intervir no abastecimento com 130 camiões. 260 oficiais entregam mais de 200 toneladas de produtos variados aos supermercados de Wuhan.

CRÍTICAS

As autoridades chinesas têm-se queixado da cobertura mediática internacional do surto, que incentiva o pânico, prejudica a economia e incentiva a xenofobia contra os povos asiáticos. No entanto, a sua gestão da crise, a reacção tardia e o que é descrito por alguns como o “abandono” da população da província de Hubei à sua sorte com falta de medicamentos e transportes para os hospitais são alvo de crítica na media ocidental. Muitos experts de saúde a nível mundial aplaudem, entretanto, a gestão chinesa e a contenção fronteiriça do que pode bem tornar-se um desastre humanitário se as populações não receberem assistência atempada.

O presidente chinês, Xi Jinping, que, de máscara, enfatizava a importância da prevenção do contágio e o isolamento dos casos diagnosticados, caracterizou a epidemia como um enorme teste ao sistema chinês e à sua capacidade de governação.

MEMORIZE

- **Wuhan**, a cidade com maior incidência do vírus Corona que já regista uma taxa de mortalidade de 4,1%, muito superior à de 0,17% do resto do gigante asiático, conta cerca de 11 milhões de habitantes.

Taça Cheia



96.1 fm

Rádio Essencial

Todos os
sábados,
às 22:00,
com
**Sebastião
Vemba**

Opiniões

Diferentes cenários para Unitel/Oi, Eurobic e Metro de Superfície...



César Silveira,
Editor Executivo
Valor Económico

dos bancos nacionais onde detém posição de influência como são os casos do BAI e ou o BFA.

A Sonangol, por exemplo, terá de fazer novos investimentos no Banco Económico para reforçar o capital social por força da orientação do BNA. Ora, e se vendesse a participação neste banco e apostasse em reforçar a sua posição na banca portuguesa onde está presente nas mãos do Millennium BCP? Contra este argumento estaria a realidade cíclica das crises e a possibilidade de o mercado português amanhã ser menos interessante do que o angolano é hoje.

Mas é por isso mesmo que é recomendável dispersar o investimento em várias geografias, ao invés de tê-los maioritariamente em um mercado, sobretudo quando este, à priori, dá menos garantias como é o caso de Angola se comparado a Portugal.

Por outro lado, o negócio do Metro de Luanda. É pouco compreensível o investimento do Estado para fazer parte do projecto, investindo dinheiro fresco, quando poderia fazer recurso ao modelo BOT. Parece pouco racional fazer recurso a financiamento internacional para a realização de um projecto que pode ser assegurado exclusivamente com fundos privados sem o Estado perder o controlo sobre o mesmo. O modelo escolhido foi muitas vezes citado pelo Presidente da República como exemplo das coisas a serem melhoradas.

Uma série de negócios e ou acordos, com alguma ou muita ligação com Angola, registam-se nas primeiras semanas do ano. Sonangol compra participação da Oi na Unitel. Governo assina acordo com a Siemens para a construção do Metro de Superfície. E accionistas do Eurobic assinam pré-acordo de venda do banco com os espanhóis do Abanca.

Factos que motivam um exercício, informal, como se em presença de um estudo de caso. Que outros cenários poderiam ser alternativos aos escolhidos?

Se, ao invés de investir 1000 milhões de dólares para reforçar a sua posição na Unitel, a Sonangol entrasse na estrutura acionista do Eurobic? Não está em causa o valor da Unitel, mas a possibilidade de se investir em outras geografias, garantindo euros, ao invés do frágil kwanza na divisão dos dividendos. A petrolífera poderia fazer o referido investimento por via de um



Como tornar a relação com o cliente uma vantagem competitiva?



Leonor Peleja,
Manager EY,
Advisory Services

Numa era cada vez mais digital, o entendimento do cliente não deve ser visto como um ponto de interesse, mas como um ponto estratégico e competitivo. Segundo estudos realizados pela EY em 2018, quase metade dos profissionais de marketing informam que a personalização de tratamento aumenta em 10% as receitas e que 70% dos clientes valorizam recomendações personalizadas. Estes dados tornam a personalização uma ferramenta poderosa, permitindo cativar os clientes e criar impressões mais duradouras com grande impacto no relacionamento bancário.

A velocidade de acesso à infor-

mação leva a que os consumidores sejam cada vez mais susceptíveis a ofertas dos concorrentes, pelo que o tratamento personalizado pode fazer a diferença entre manter o cliente ou deixá-lo ser absorvido pela concorrência. Com um entendimento mais profundo, as instituições financeiras identificam o que os clientes precisam e querem nos seus compromissos financeiros, priorizando investimentos e levando a um aumento de satisfação do cliente.

Neste contexto, muitas instituições ponderam utilizar informação histórica como uma forma de customizar os seus serviços, nomeadamente a partir do estudo de padrões de consumo. Contudo, segundo um estudo realizado pela EY em Abril de 2017 ao mercado angolano, embora a maioria dos inquiridos tenham a preocupação de acompanhar o comportamento dos clientes, cerca de metade assume que esse acompanhamento ainda é esporádico e normalmente não é suportado em metodologias robustas. A utilização de ferramentas digitais, permite uma maior sofisticação na recolha

e tratamento de informação, evoluindo-se do acompanhamento de segmentos de clientes para a possibilidade de fazer um acompanhamento individualizado de forma automática. O referido acompanhamento constante e personalizado deixa de passar apenas pelo perfil comercial, mas também pelo perfil de risco do cliente, âmbito que ganha cada vez maior relevância a nível prudencial. Esta pode ser uma das abordagens a seguir pelas instituições Angolanas, uma vez que 40% dos inquiridos no estudo de 2017 admite a utilização regular de técnicas de acompanhamento de clientes, no entanto os resultados obtidos não são aplicados.

A compreensão do cliente deve ser parte integrante dos negócios e do dia a dia da instituição. Num mercado concorrencial cada vez mais exigente e em constante mutação regulamentar, urge a necessidade de desenvolvimento de competências internas que permitam uma compreensão constante do perfil do cliente, maximizando desta forma o retorno esperado da sua actividade.

“Apesar desta história, África conseguiu obter ganhos importantes nas últimas décadas. Na África Subsariana, o crescimento do PIB tem tido uma média de 5% ao ano desde 2000.”

África: a última fronteira para o crescimento mundial



Colin Colema

África está bem familiarizada com o sofrimento. O continente foi assolado por escravos, saqueado por colonizadores, explorado pelas potências mundiais durante a Guerra Fria e devastado pelos conflitos pós-coloniais, deixando um legado de volatilidade implacável, violência horrível e pobreza generalizada.

Veja-se o exemplo das atrocidades cometidas pelo rei Leopoldo II da Bélgica no chamado Estado Livre do Congo (hoje a República Democrática do Congo, RDC) no final da década de 1890, enquanto saqueava o marfim e a borracha. Tal como Adam Hochschild relata no seu livro, *O Fantasma do Rei Leopoldo*, um jovem Edmund Morel, que testemunhou o saque de Leopoldo pelo lucro, descreveu os trabalhos forçados, “conduzidos pelos colaboradores mais próximos do rei”, como “terríveis e continuados”.

As mulheres eram raptadas e violadas. Os homens eram escravizados e trabalhavam até à morte. Os resistentes arriscavam a morte e as suas mãos seriam cortadas – enquanto ainda estivessem vivos – como prova de punição. E quando não havia mais ninguém para cultivar ou encontrar comida, milhões de pessoas enfrentaram uma falta de alimentos e morreram de doenças às quais poderiam ter sobrevivido. “Tem de ser suficientemente mau deparar-se com um assassinato”, lembrou Morel. “Deparei-me com uma sociedade secreta de assassinos com um rei como compincha”.

Mais de um século depois, a RDC ainda luta para manter a paz e a estabilidade, sem falar no cres-

África representa actualmente cerca de 17% da população mundial, mas apenas cerca de 3% do PIB global. Estas estatísticas não só confirmam o fracasso em explorar o potencial de desenvolvimento do continente, mas também destacam as enormes oportunidades e riscos que há pela frente.

cimento e no desenvolvimento. De facto, toda a África Central sofreu conflitos aparentemente intermináveis – uma dinâmica que, desde o final da Guerra Fria, “se transformou numa avalanche de matança e destruição”, tal como disse o analista e advogado regional, Kris Berwouts. Aproximadamente seis milhões de pessoas morreram como consequência directa ou indirecta das duas guerras na RDC – em 1996-1997 e 1998-2002 – que se seguiram ao genocídio brutal no Ruanda.

No entanto, apesar desta história, África conseguiu obter ganhos importantes nas últimas décadas. Na África Subsariana, o crescimento do PIB tem tido uma média de 5% ao ano desde 2000. Em todo o continente, a taxa é apenas ligei-



ramente inferior.

Além disso, de acordo com um relatório do Banco Mundial de 2019, a pobreza em África (definida como um rendimento inferior a 1,90 dólares por dia) caiu de 54% em 1990 para pouco mais de 41% – afectando cerca de 400 milhões de pessoas – em 2015. Se a economia continuar a crescer à taxa actual até 2030, a taxa de pobreza do continente cairá para os 23%. Tendo em conta as taxas de redução da pobreza noutras partes do mundo, isso ainda representaria uma parcela crescente da pobreza mundial.

África tem potencial para ir muito mais além. Sendo o continente mais jovem e com a urbanização mais rápida do mundo, África terá, em média, 24 milhões de pessoas a viver nas cidades todos os anos entre 2015 e 2045 – mais do que a Índia e a China juntas – de acordo com uma estimativa da McKinsey & Company de 2016.

Isto implica grandes aumentos no consumo. As despesas dos consumidores e das empresas em África já totalizam quatro biliões de dólares. O consumo das famílias deverá crescer 3,8% ao ano até 2025, atingindo 2,1 biliões de dólares e as despesas empresariais deverão passar de 2,6 biliões de dólares, em 2015, para 3,5 biliões, em 2025. No total, o relatório da McKinsey prevê 5,6 biliões de dólares em oportunidades de negócio em África, até 2025.

Algumas dessas oportunidades estão na agricultura: se África, que possui 60% das terras aráveis não cultivadas do mundo, intensificasse a produtividade agrícola, poderia produzir duas a três vezes mais cereais e grãos, com aumentos similares nas culturas hortícolas e pecuária. Outras oportunidades estão nas infra-estruturas: em 2010, África ainda precisava de pelo menos 46 mil milhões de dólares em despesas adicionais por ano, para melhorar as suas redes energéticas, hidrográficas e de transportes.

É claro que algumas oportunidades valiosas de investimento também envolvem os abundantes recursos naturais de África, que incluem 10% das reservas de petróleo do mundo, 40% de ouro e 80% de platina. Mas a importância de tais recursos para a prosperidade futura de África não deveria ser sobrestimada. De acordo com um relatório de investigação económica da Goldman Sachs de 2019, as matérias-primas representaram apenas cerca de 30% do crescimento do PIB de África, desde 2000.

Na verdade, o relatório conclui que os propulsores da “aceleração secular” de África parecem ser “profundos e estruturais”. Isso reflecte o sucesso, que precisa de ser reforçado a partir de agora, ao continuar-se a fortalecer instituições, apoiar a estabilidade política, promover a democratização, aprimorar a coor-

denação de políticas, melhorar a facilidade de fazer negócios, reduzir a dívida, abrir mercados financeiros, atrair investimentos estrangeiros directos, facilitar transferências de tecnologia e estimular o capital humano (por exemplo, através da educação e da saúde).

Alguns países – principalmente as economias mais pequenas da África Oriental – já estão a demonstrar como são poderosas essas reformas. Se todo o continente adoptasse essa estratégia, sustentando e acelerando as reformas necessárias ao longo do próximo meio século, há quem acredite que África poderia imitar a rápida ascensão da China durante os últimos 50 anos.

Mas nem toda a gente está optimista. Há quem duvide que o continente consiga superar o legado de escravidão, colonialismo e competição de grandes potências.

Também existem preocupações sobre o panorama económico mundial, especialmente as tensões comerciais entre os EUA e a China e os consequentes efeitos do crescimento e dos preços das matérias-primas. Muito dependerá do desempenho das maiores economias de África – Egipto, Nigéria e África do Sul – e do progresso em tornar a Zona de Livre Comércio Continental Africana um bloco económico regional funcional.

Se África for bem-sucedida, poderá tirar milhões de pessoas da pobreza, ao mesmo tempo que servirá como um parceiro económico estável e próspero para o resto do mundo. Caso contrário, o continente permanecerá limitado pela pobreza, letargia institucional e corrupção, que alimentarão a instabilidade e possivelmente se espalharão para o resto do mundo. África será em breve o lar de um quinto da população mundial. O mundo dormiria melhor se o continente pudesse colocar-se no caminho do crescimento e da prosperidade.

Ex-CEO para África Subsariana da Goldman Sachs. Professor de Assuntos Globais, da Universidade de Yale (EUA)

Marcas & Estilos



AUTOMÓVEL

Bentley: sonoridades sensoriais

O Bentayga é o primeiro modelo da marca com motor a gasóleo. É um SUV moderno de um bloco de seis litros bi-turbo, W12, 608cv, tracção a quatro rodas e caixa automática de oito relações. É actualmente o SUV mais rápido do mundo.

Apesar dos 3.250 quilos, o modelo britânico é capaz de acelerar até aos 100km/h em 4.1 segundos e atingir os 300km/h de velocidade máxima. Tem quatro radares de longo alcance, doze sensores de estacionamento e seis câmaras. Inclui suspensão adaptativa com sistema de 48 volts, sistema de áudio com 18 colunas, bancos aquecidos, ventilados e massagem.

RESTAURANTE

Lembranças saborosas

O Benfica é um dos bairros que mais cresce na cidade e, com tanta gente a viver e a trabalhar na zona, há uma grande procura por restaurantes. Recentemente, nasceram alguns destes, como é o caso do Club Champagne, que funciona também como discoteca e hotel. Para a entrada, disponha, entre outros, do pão de alho acompanhado com camarão ao alho. Para a refeição principal, pode optar por frango à guia, que é composto por pedaços de frango assado com arroz, batata frita e salada, ou experimentar o Strogonoff. Os clientes que já lá estiveram têm boas lembranças da acessibilidade e da generosidade dos preços.



Respirabilidade e harmonia

Mais um tipo de camisa? As mesmas devem ser levemente lavadas e são projectadas e perfeitamente ajustadas para um alongamento harmonioso e respirabilidade sem grande esforço.



Toques sensatos

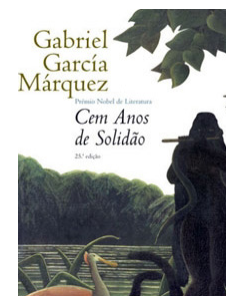
Os tacos da Karat são projectados para que o toque seja certo. Com uma aparência subtil, às peças são adicionamos 10 micrones de ouro para garantir um acabamento muito mais durável e uma cor deslumbrante.



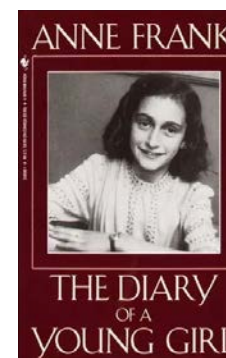
Extremamente atraente

Moderno e minimalista, o formato destes brincos luxuosos orgânicos Maxi Globe cria uma aparência extremamente atraente. Podem ser usados de forma descontraída ao seu estilo no dia-a-dia.

LIVROS



Cem Anos de Solidão é uma obra do escritor colombiano Gabriel García Márquez, Prémio Nobel da Literatura em 1982, e é considerada uma das obras mais importantes da literatura latino-americana. Já foram vendidos cerca de 50 milhões de exemplares em 35 idiomas.



Diário de Anne Frank foi preservado e tornou-se um dos livros mais famosos e mais lidos do mundo. Otto Frank, o pai e único membro familiar que conseguiu sair vivo do campo de concentração, realizou o desejo da jovem e editou a obra.

AGENDA

LUANDA

ATÉ 24 DE FEVEREIRO
Exposição 'Boda no Meu Kubico' do fotógrafo angolano Ngoi Salucombo, na Casa Rede.

13 DE FEVEREIRO
Exibição do filme 'Gilda Brasileiro', na casa de cultura Brasil Angola, às 18h30. Entradas gratuitas.

14 DE FEVEREIRO
Concerto romântico com Anselmo Ralph, no Twenty Seven, pelas 20 horas. Bilhetes a 45 mil kwanzas.

20 DE FEVEREIRO
Concerto de Ângela Ferrão no Memorial Dr. António Agostinho Neto, às 19 horas. Entradas gratuitas.

28 E 29 DE FEVEREIRO
'Show do Mês' apresenta Filipe Mukenga e Filipe Zau - 'As composições', no hotel Royal Plaza, em Talatona, a partir das 21 horas. Ingressos a 16 mil kwanzas.

NO ENSINO SUPERIOR

Governo proíbe temporariamente aumento de propinas

REGULAÇÃO. Propinas nas instituições de ensino superior vão manter-se inalteradas, provisoriamente. Medida é do Ministério das Finanças e vai vigorar até à aprovação, promulgação e entrada em vigor do diploma legal com o Regulamento das Propinas ainda em discussão.

Por Redação

No quadro do Regulamento das Propinas do Ensino Superior, serão colhidos contributos de outros parceiros sociais, como universidades públicas, a Associação das Instituições do Ensino Superior Privado de Angola (Aiespa) e Associações de Estudantes do Ensino Superior, obedecendo ao espírito de uma economia de mercado.

Segundo a nota, a medida vai vigorar até à aprovação, promulgação e entrada em vigor do diploma legal com o Regulamento das Propinas do Ensino Superior, ainda em discussão.

A decisão provisória visa assegurar o funcionamento normal das Instituições de Ensino Superior Privadas, que têm vindo, nos últimos dias, a reivindicar aumento de propinas.

Esta medida do Governo surge numa altura em que alguns estabelecimentos de ensino privados aumentaram as mensalidades, neste ano lectivo, de forma unilateral. O Ministério das Finanças adianta que está a trabalhar com

o Ministério do Ensino Superior, tendo já alcançado consenso técnico que acomoda o estipulado na Lei de Bases da Educação e Ensino e no Decreto Presidencial que aprova as Bases Gerais para a Organização do Sistema Nacional de Preços.

Indica que, no quadro do Regulamento das Propinas do Ensino Superior, serão colhidos contributos de outros parceiros sociais, como universidades públicas, a Associação das Instituições do Ensino Superior Privado de Angola (Aiespa) e Associações de Estudantes do Ensino Superior, obedecendo ao espírito de uma economia de mercado.

55

Instituições do ensino superior privadas estão legalmente autorizadas.

QUEIXA-CRIME

O estudo “tem como pressupostos a Lei da Concorrência, a Lei de Bases da Educação e Ensino e o Decreto Presidencial que aprova as Bases Gerais para a Organização do Sistema Nacional de Preços”.

A propósito do aumento do

valor das propinas, o Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (Inadec) remeteu, no mês passado, à Procuradoria-Geral da República (PGR), uma queixa-crime contra as Universidades Jean Piaget e UPRA, e os colégios Pitabel, Pequenos Reis e Pucunina, por especulação e desobediência.

De acordo com o director-geral adjunto do Inadec, Wassamba Neto, tal acção (aumento unilateral das propinas e dos emolumentos) viola os interesses dos consumidores.

De igual modo, disse, o Inadec submeteu uma queixa-crime contra a Associação Nacional do Ensino Privado (Anep), por pro-

vocação pública, isto é incentivo à subida dos preços dos serviços em estabelecimentos de ensino.

Além daqueles processos, Wassamba Neto disse que estão a trabalhar em mais dois processos contra os colégios Aurora e Vermes.

O presidente da Associação Nacional do Ensino Particular, António Pacavira, advertiu que os colégios que aumentaram o valor das propinas no presente ano lectivo terão de proceder a reajustes nas prestações seguintes, caso não haja o aval do Ministério das Finanças.

A proposta de aumento das propinas dos 2.000 mil colégios associados ainda está a ser analisada por aquele departamento ministerial. O Ministério das Finanças prevê emitir, nos próximos dias, um despacho com uma directiva provisória sobre o assunto, enquanto Autoridade Nacional de Preços, ouvido o Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação.

MANIFESTAÇÕES

O aumento de propinas e de outros emolumentos nas privadas levou estudantes de algumas delas a realizarem manifestações no mês passado. No entanto, não convenceram nenhum dos responsáveis das respectivas instituições a recuarem com a decisão de aumentar o preço das propinas.



NÚMEROS DA SEMANA

14%

Maior taxa oferecida por um banco comercial, no caso o BAI, pelo depósitos a prazo no período de 360 dias, segundo o BNA.

1,06

Mil milhões de euros, fundos disponibilizados pelo governo da Alemanha para financiar as obras de construção da barragem hidroeléctrica de Caculo Cabaça, Kwanza-Norte.

277,7

Milhões de dólares, valor que os bancos adquiriram do sector petrolífero, num total de 103 transacções efectuadas em Janeiro deste ano.

151

Mil e 431 candidaturas inscritas no portal da Imogestim, para a aquisição de uma casa na centralidade do Zango 5, para 2.390 habitações disponíveis.

DESAFIOS PARA ACABAR COM A FACTURAÇÃO ARBITRÁRIA

EPAL vai instalar 40 mil contadores



A empresa pública de águas de Luanda pretende instalar 40 mil contadores nos bairros onde o fornecimento do líquido é regular e facturar mais de 1.000 milhões de kwanzas mensais, revelou, nesta segunda-feira, o seu PCA, Fernando João Cunha, numa cerimónia realizada na capital, marcando o arranque da ter-

ceira fase da campanha comercial a decorrer entre 10 de Fevereiro e 18 de Dezembro deste ano.

A Epal pretende, com a iniciativa, acabar com as cobranças por estimativa, uma prática que tem deixado os consumidores enfurecidos.

A ‘campanha comercial’ pretende sensibilizar sobre as cobranças e cortes selectivos, envolvendo clientes de 65 bairros de Luanda e 200 trabalhadores, distribuídos

por 59 equipas. De acordo com Fernando Cunha, outro grande desafio tem que ver com a necessidade de se manter a estabilidade da empresa, servindo “em qualidade e quantidade necessária o consumidor”.

A ideia, segundo o responsável, “é a de termos todas as bombas operacionais, diminuir as paragens, reparar as avarias e melhorar a qualidade de água dentro dos parâmetros da OMS”.

Agricultura com Cabo Verde

O Presidente João Lourenço visita Cabo Verde entre 4 e 5 de Julho, ocasião em que serão rubricados acordos bilaterais, nos domínios da agricultura, transportes aéreos, administração, governação electrónica, pescas, energias renováveis e turismo, garantiu em Adis Abeba o chefe de Estado cabo-verdiano, José Carlos da Fonseca, à margem da Cimeira de chefes de

Estado e de Governo da União Africana. “Essas são as áreas onde pode haver uma ampla e mais forte cooperação com Angola”, afirmou Carlos da Fonseca, sublinhando também que “a cooperação entre ambos os países está num momento muito bom”.

“Pela amizade e o tipo de relações que temos, ambicionamos sempre mais e melhor e há um clima de franco

entendimento entre os responsáveis políticos dos dois países”, observou Carlos Fonseca, admitindo ser “muito fácil avançar para uma cooperação vantajosa, tendo em conta as grandes potencialidades de Angola”.

Luanda, por sua vez, acolhe, em Setembro, a próxima Cimeira de chefes de Estado da CPLP, um assunto também abordado pelos dois estadistas.

‘Ouro negro’ no interior

Paulino Jerónimo, PCA da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANPG) garantiu, esta segunda-feira, em Luanda, por altura do balanço do primeiro aniversário do desempenho da entidade, que se vai avançar com a pesquisa do potencial petrolífero que pode ocorrer nas bacias do interior, numa área de 600 mil km² em quatro províncias: Cunene, Kuando-Kubango, Moxico e Malanje.

De acordo com o responsável, a prospecção, que é parte da estratégia 2020-2023 da agência, já está em curso, ao mesmo tempo que “será feita, em todos os blocos do offshore angolano, a avaliação do potencial de petróleo de gás de xisto para avaliar a sua comercialidade”.

Natacha Massano, administradora da ANPG, anunciou, na mesma ocasião, que, no âmbito da estratégia de atribuição de novas concessões, serão licitados nove blocos onshore, ainda este ano, três dos quais na Bacia do Baixo Congo e seis na Bacia do Kwanza. Trata-se de “uma estratégia que remonta aos anos 2013 e 2014 e que prevê concessões onshore para nacionais por representarem custos operacionais mais reduzidos”.

A agência prevê licitar os blocos através de um concurso aberto a empresas nacionais e estrangeiras, “de modo a garantir mais transparência e concorrência no sector”.